



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DEPUTADO ESTADUAL RICARDO NICOLAU - PSD

PROJETO DE LEI Nº 639 / DE 2021

AUTOR: DEPUTADO RICARDO NICOLAU

Institui a Política Estadual Compensatória para Crianças e Adolescentes em situação de orfandade em razão da Covid-19 no Estado do Amazonas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Lei, a “Política Estadual Compensatória para Crianças e Adolescentes em situação de orfandade em razão da Covid-19” no âmbito do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se orfandade a condição social em que a criança ou adolescente, antes dos 18 anos completos, tenha perdido ambos ou um dos pais, biológicos ou por adoção, representantes legais em razão da Covid-19.

Art. 2º O Estado do Amazonas deve criar e manter um cadastro atualizado e periódico de crianças e adolescentes em situação de orfandade de forma a subsidiar a política prevista nesta Lei.

Parágrafo único. O objetivo do cadastro a que se refere o caput deste artigo é identificar e localizar crianças e adolescentes cujos pais (ambos ou um deles) e/ou representantes legais morreram em decorrência de complicações da Covid-19.

Art. 3º Por meio de seus órgãos e instituições, o Poder Executivo do Estado do Amazonas deve fomentar ações e políticas de regularização de guarda nos casos identificados de orfandade, constituindo parcerias e ações junto às instituições de justiça, a fim de prevenir a adoção em desacordo com a legislação vigente, a exploração do trabalho infantil e outras formas de negligência, violação e exploração a que crianças e adolescentes, em situação de orfandade devido à Covid-19, possam estar expostas.

Parágrafo único. O Estado deverá desenvolver mecanismos de identificação e alerta para os casos de irmãos em situação de orfandade, para que estes sejam acolhidos por tutores ou outros familiares de forma conjunta.

Art. 4º Por meio de seus órgãos e instituições, o Poder Executivo deverá verificar a situação escolar das crianças e adolescentes identificadas no cadastro definido no art. 2º, para evitar ou

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: 3183-4419



www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.046351:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 23/11/2021 13:43:21

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 2FD1715E000839D5 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DEPUTADO ESTADUAL RICARDO NICOLAU - PSD

superar evasão escolar causada pela ausência do responsável legal pela matrícula e frequência escolar dessas crianças, bem como verificar as condições materiais em que se encontram, em especial sua segurança alimentar.

Parágrafo único. A política a que alude esta Lei compreenderá a priorização de crianças e adolescentes:

- I - nas buscas ativas e programas de enfrentamento à evasão escolar;
- II - desde que tenham 16 anos completos, em programas de qualificação profissional.

Art. 5º O Poder Executivo deverá, em relação às crianças e adolescentes identificadas no cadastro definido no art. 2º, fomentar a criação de atendimento especializado, especialmente junto à Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Amazonas e profissionais da rede de saúde mental, podendo firmar parcerias com faculdades de psicologia e medicina, para avaliar os impactos que a morte pela Covid-19 de pais ou responsáveis teve no aspecto emocional dessas crianças, e ajudá-las a vivenciar o luto de forma a minimizar suas consequências.

Art. 6º O Poder Executivo deverá, em relação às crianças e adolescentes identificadas no cadastro definido no art. 2º, verificar a existência de benefício previdenciário ou eventual herança a que têm direito essas crianças e adolescentes, pela morte de seus genitores ou responsáveis, e se já foram tomadas as medidas administrativas e judiciais competentes para seu recebimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ruy Araújo, 23 de novembro de 2021.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: 3183-4419



www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.046351:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 23/11/2021 13:43:21

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 2FD1715E000839D5 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DEPUTADO ESTADUAL RICARDO NICOLAU - PSD

Justificativa

Em números atualizados, até este mês de novembro o Brasil já contabiliza o número de 130 mil crianças e adolescentes, de até 18 anos, que estão em situação de orfandade em razão da morte de um ou ambos os pais ou responsáveis em decorrência da Covid-19. Especialistas na temática da infância e juventude têm chamado atenção para esse cenário, que tem sido nomeado de Pandemia Escondida. Se consideradas as crianças e adolescentes que tinham como principal cuidador os avós/avôs, esse número se aproxima de 150 mil no país. Psicólogas, pedagogas e assistentes sociais têm sido enfáticas em apontar o custo emocional destas perdas para o desenvolvimento destas crianças e adolescentes, e mesmo a vulnerabilidade social e material a que este grupo se encontra, após a perda dos pais ou responsáveis legais, na maioria das vezes responsáveis pelo sustento.

O poder público precisa entender a sua responsabilidade em promover ações que mitiguem algumas das drásticas consequências que a orfandade gerada pela Covid-19 provoca em grupos bastante numerosos de crianças e adolescentes. Compreender esse cenário e, principalmente, se antecipar a estes dilemas é a forma mais eficaz de reduzir as vulnerabilidades emocional, material e social destas crianças e adolescentes. Estamos falando, portanto, da promoção de políticas públicas que ofereçam um amparo, cuidado e proteção a essas crianças e adolescentes que estão em situação de orfandade. As ações desta medida são fundamentais e devem ser imediatas, pois este grupo ainda está em fase de desenvolvimento humano e justamente por isso, perder seus pais e/ou responsáveis — que prestavam a assistência emocional, financeira e social — é um fator de extrema vulnerabilidade.

O referido projeto de lei visa contribuir para a acolhida e atendimento das demandas que passam então, a ser de primeira ordem destas crianças e adolescentes, por conta da perda de pais e responsáveis. Em particular, como forma de inibir a exposição deste grupo a contextos de vulnerabilidade social e outras formas de desamparo e abandono. Do mesmo modo, sinaliza a importância de que as políticas públicas futuras sejam pensadas levando em consideração os efeitos da pandemia.

Nesse triste cenário, este projeto terá a possibilidade de minimizar os impactos que as crianças e adolescentes do Estado do Amazonas enfrentam pela situação de orfandade em que se encontram.

Diante do exposto, justifica-se sobremaneira a relevância do presente projeto de lei, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

Plenário Ruy Araújo, 23 de novembro de 2021.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: 3183-4419



www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.046351:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 23/11/2021 13:43:21

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 2FD1715E000839D5 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>

